

ATA N.º 17/2018

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2018

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 3.º - Ordem do Dia:-----

----- Divisão de Energia e Ambiente: -----

-----1) Sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), na Zona antiga da cidade de Peniche – Inquérito – Pelouro de Higiene e Limpeza; -----

----- Diversos:-----

-----2) Logotipo do Município de Peniche – Pelouro da Comunicação; -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----3) Revisão do PDM – Objetivos e Ponto de Situação do Plano – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----4) Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Atouguia da Baleia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----5) Programa-base do projeto da ligação pedonal e ciclável entre o Parque Urbano de Peniche e o Casal da Vala – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----6) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de edifício de habitação, comércio e/ou serviços, a implantar no prédio urbano, sito no Largo Dr. Manuel Pedrosa, em Ferrel, apresentado em nome de José Jacinto Martins Doirado – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----7) Pedido de licenciamento para legalização de alteração e ampliação de edifício de hospedagem, para o prédio sito na Avenida do Mar, n.º 162, em Casais do Baleal, apresentado em nome de Peniche Surf Camp PSC, L.^{da} – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----8) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, para o prédio sito na Rua da Saudade, em Ferrel, apresentado em nome de Jacques Aygalenq – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----9) Pedido de licenciamento para legalização de moradia, para o prédio sito na Estrada Nacional.247, n.º 29, no Alto do Veríssimo – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----10) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de Reabilitação de Edifício para Empreendimento Turístico, para o prédio sito no Largo do Pocinho, em Peniche, apresentada em nome de Sílvia Correia de Sousa – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----11) Pedido de licenciamento para construção de edifício para unidade de cuidados continuados e alteração/ampliação de lar de idosos, para o prédio sito na Rua Amélia Ferreira Alexandre, em Serra d’El-Rei, apresentado em nome de APSERRA - Associação para Seniores de Serra d’El-Rei – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- Departamento de Obras Municipais: -----

-----12) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua Padre António Marcelino, em Ferrel, requerida pela Empresa Sousa Madeira & Irmãos, L.^{da} -

- Pelouro das Obras Municipais;-----
- 13) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua Padre José Nunes Ferreira Tavares, n.º 10, em Atouguia da Baleia, requerida pela Empresa Sousa Madeira & Irmãos, L^{da} - Pelouro das Obras Municipais;-----
- 14) Sinalização vertical na Rua das Escolas e Rua Nossa Senhora da Guia, em Ferrel – Pelouro do Trânsito;-----
- 15) Sinalização vertical na Rua Padre José Tavares, em Atouguia da Baleia – Pelouro do Trânsito;-----
- 16) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua de Santa Cruz, n.º 17, em Peniche, requerida por Joaquim Carlos Godinho da Florência e Maria de Fátima Godinho da Florência Coutinho – Pelouro das Obras Municipais;-----
- 17) Prorrogação do prazo do Alvará de loteamento e de obras de Urbanização n.º 1/17 – Construções Vila Maria, L^{da} – Pelouro das Obras Municipais;-----
- Protocolos:-----
- 18) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso Profissional Técnico de Turismo, a celebrar entre o Município de Peniche e a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro – ESRBP - Pelouro das Atividades Económicas;-----
- 19) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso de Licenciatura em Administração Pública, a celebrar entre o Município de Peniche e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão – ESTG - Pelouro das Atividades Económicas;-----
- 20) Candidatura ao Programa de Concessão de Incentivos Financeiros, para a construção e a modernização de Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia – Pelouro da Proteção Animal;-----
- 21) Acordo específico “ Design de Equipamento Urbano” no âmbito do protocolo celebrado entre o Instituto Politécnico de Leiria e o Município de Peniche – Pelouro da Cultura;-----
- 22) Protocolo de cedência de viatura, a celebrar entre o Município de Peniche e o Península de Surf Clube – Pelouro do Desporto;-----
- 23) Arrendamento de uma parcela de terreno, sito na Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, em Peniche, onde funciona o parque de diversões denominado Sportágua – Pelouro das Finanças;-----
- Intervenção social:-----
- 24) Divulgação do Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem – Porta 65 Jovem – Pelouro da Solidariedade Social;-----
- Património municipal:-----
- 25) Arrendamento de um edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos – Pelouro das Finanças;-----
- Documentos previsionais:-----
- 26) Alteração ao Orçamento da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais, para o ano de 2018 (modificação 5) – Pelouro das Finanças;-----
- Relacionamento Institucional:-----
- 27) Adesão do Município de Peniche à campanha de apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia – Pelouro da Proteção Animal;-----
- Licenciamento de atividades diversas:-----
- 28) Licenciamento para atividades de campismo ocasional, requerido por Elisabete de Sousa Santos Pereira – Pelouro da Administração Geral;-----
- 29) Licenciamento das comemorações do 23.º aniversário da Casa do Benfica de Peniche, com isenção de taxas – Pelouro da Administração Geral;-----
- Apoios diversos:-----

-----30) Utilização do circuito especial de transportes escolares por Manuel Bernardo Martins Cardoso – Pelouro da Educação; -----

-----31) Atribuição de apoio à Serrana – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa, para a realização da festa em honra de São Sebastião - Pelouro do Associativismo;---

-----32) Atribuição de apoio à Serrana – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa, no âmbito de uma candidatura submetida para tipologia de apoio à atividade pontual, para a participação no “Campeonato Nacional de Duplo-Mini – Viana do Castelo” - Pelouro do Associativismo;-----

-----33) - Atribuição de apoio à Associação Cultural e Recreativa de Casais Brancos, no âmbito de uma candidatura submetida para a tipologia de apoio à atividade pontual, para a organização do 12.º Convívio das Ferrugentas – Pelouro do Associativismo;-----

-----34) Atribuição de apoio extraordinário ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, referente à colaboração em evento organizado pelo Município – Pelouro das Finanças;-----

-----35) Atribuição de apoio ao Agrupamento de Escuteiros 512 de Peniche, no âmbito de uma candidatura submetida para a tipologia de apoio à atividade pontual, para a organização do 2.º Peniche Trail – Pelouro do Associativismo.-----

----- 4.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e cinco minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche.-----

A reunião foi interrompida entre as treze horas e as catorze horas e trinta e cinco minutos. -----

A senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Petinga, só participou na reunião até às doze horas e quarenta e cinco minutos, e o senhor Vereador Filipe Sales, só participou na reunião até às catorze horas e cinquenta e cinco minutos, pelo que não participaram na apreciação e votação dos pontos quatro a trinta e cinco da ordem do dia.-----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, Josselène Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos três a onze da ordem do dia, e Rodrigo Lopes, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos quatro a onze da ordem do dia, Alexandra Tormenta, Técnica Superior de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação do ponto três da ordem do dia, Nuno Cativo, Chefe da Divisão de Energia e Ambiente, em regime de substituição, e Nuno Carvalho, Técnico Superior de Ambiente da Divisão de Energia e Ambiente, durante a apreciação do ponto um da ordem do dia. Estiveram também presentes os senhores Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.^{da}, na apresentação, do ponto do Plano Diretor Municipal. -----

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

As atas n.ºs 9, 10, 11 e 12/2018, das reuniões camarárias realizadas nos dias 26 de fevereiro, 5, 12 e 19 de março de 2018, respetivamente, disponibilizadas em formato digital, não foram submetidas a aprovação. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Agradeceu a todas as pessoas envolvidas nas comemorações do 25 de Abril, e o envolvimento das Juntas de Freguesia, das associações e instituições.-----
- Parabenizou todos os intervenientes que proporcionaram uma tarde agradável, no Auditório da Câmara Municipal, nomeadamente as três Tunas, os Neptunos e a senhora Cristina Luz. -----
- Deu conta de uma reunião realizada com o Núcleo da Liga Portuguesa contra o Cancro.-----
- Deu conhecimento que reuniu com o concorrente do estabelecimento sito no Molhe Leste, que se fez acompanhar pelo proprietário do Xakra, no sentido de perceber qual era a sua intenção, o qual disse ter estado, na altura, muito entusiasmado, porque estava disponível para fazer o investimento, mas, que neste momento, não tinha condições para o fazer e que estava disponível para explorar o estabelecimento oferecendo a mesma renda, e fazendo uma intervenção minimalista que permitisse o funcionamento durante um período de 3 anos.-----
- Disse que reuniu com a Escola Superior de Tecnologia do Mar e com o Biocant a propósito do parque tecnológico, e que, estando as coisas mais clarificadas, propuseram que a Câmara Municipal assumisse 40% das unidades de participação, o Instituto Politécnico de Leiria 30%, a Docapesca 25% e o Biocant 5%, com um envolvimento financeiro, da Câmara Municipal, de 244 mil euros, diluídos em 3 anos. Disse que os estatutos estavam a ser trabalhados em conformidade, bem como o estudo de viabilidade económica, documento necessário à instrução do processo para o Tribunal de Contas. Disse ter sido feito um convite, à Câmara Municipal, para visitar o Biocant, estando a aguardar a indicação da data. -----
- Deu conta que teve uma reunião sobre o Geoparque do Oeste, referindo que o caminho já não seria a constituição de uma associação intermunicipal, mas uma associação com várias entidades dos cinco Concelhos, Peniche, Lourinhã, Óbidos, Bombarral e Torres Vedras. Disse que os municípios entrariam na associação se quisessem, tendo sido sugerido que conversassem com entidades que possam estar de alguma forma ligadas ao projeto, tendo pensado na Patrimonium, Arméria e a Escola Superior de Tecnologia do Mar. -----

Senhora vereadora Cristina Leitão:

- Disse que tinha colocado, na semana passada, a questão sobre o posto do carro elétrico, que se encontrava junto ao turismo, solicitou um ponto de situação.-----
- Solicitou informação sobre as obras que estavam a decorrer na Thay Union, porque desconhecia de que forma tinham passado na Câmara Municipal.-----
- Perguntou o que a Câmara Municipal iria fazer em relação ao concurso dos Abrigos da Berlenga, de que forma tinha sido feito o concurso e que diferenças existiam em relação a anos anteriores, uma vez que tiveram reunião com os pescadores. O senhor **Presidente da Câmara** disse que tiveram reunião com os candidatos reclamantes e com a comissão de pescadores e marítimo-turísticas, referindo que iria haver necessidade de avaliar o regulamento, e que o que aconteceu na reunião vinha ao encontro das suas expectativas. Deu conta que os reclamantes iriam receber a resposta, mas tudo o que foi decidido estava de acordo com a avaliação do momento. A senhora vereadora **Cristina Leitão** acrescentou que todos perceberam como tinha decorrido o concurso, o que não poderia acontecer, quer para aquele assunto quer para todos os outros, era que os municípios só tivessem resposta ao fim de muitos meses após a reclamação. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o reclamante poderia ter razão, mas o mesmo foi ouvido em audiência prévia. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que, depois da reunião, teve a oportunidade de falar, informalmente, com duas pessoas, uma que tinha uma escola de surf e outra que pretendia implementar uma escola de surf, havendo da parte deles outro tipo de visão daquela que ali tiveram, referindo que seria importante conversar com eles. Disse que

percebia quando o senhor Capitão do Porto dizia que não poderia conversar individualmente com todos, por ser difícil chegar a um entendimento, mas depois da reunião tinha uma ideia e após ter ouvido aquelas duas pessoas outras coisas lhe passaram pela cabeça. Disse, ainda, que era importante ir além do representante da associação, em representação dos outros. O senhor **Presidente da Câmara** deu conta que na reunião que tiveram, com as várias entidades, sobre a utilização das praias e os riscos inerentes àquela utilização, há falta de regras e de regulamentação, e tratando-se de um tema difícil iria obrigar que todos fizessem um grande esforço para que, dentro de pouco tempo, começasse a funcionar melhor. Disse que quando tiveram aquela conversa, não foi com a associação, mas sim com um conjunto de escolas, de um grupo que não se revia na associação. Referiu que respeitava a opinião do senhor Capitão do Porto, mas entendia que deveriam tentar perceber se existia uma proposta de solução para delimitação das áreas e depois de as terem promoverem uma reunião pública com todos. Disse que se a Câmara Municipal se convencesse que o problema iria ser resolvido este ano, estavam a enganar-se a si próprios, mas o facto de terem começado a refletir sobre o assunto, pode ser um fator determinante. -----

Senhor vereador Mark Ministro:

-Felicitou o Sporting Clube Vila Maria que, no passado fim-de-semana, assegurou a conquista do campeonato do Distrito de Leiria do Inatel e o prémio disciplina.-----

-Informou que, no dia 16 de junho de 2018, pelas 10 horas, no Auditório da Câmara Municipal, iria realizar-se o seminário “Educar com Mindfulness”.-----

-Deu conta da existência do Orçamento Participativo de Portugal, tendo o município sido contactado pela Picserve, uma empresa de Torres Vedras que faz filmagens aéreas, que em conjunto com o Instituto Hidrográfico da Marinha Portuguesa, da Faculdade de Engenharia do Porto e da Associação de Nadadores Salvadores, que pretende apresentar uma candidatura àquele orçamento participativo, para promoverem uma campanha de sensibilização para as correntes de deriva/ agueiros pretendendo apenas o apoio da Câmara Municipal. -----

Senhor vereador Filipe Sales:

-Em relação ao concurso da Docapesca, disse que tinha sido, informalmente, informado que o senhor Presidente da Câmara tinha feito algumas diligências, e que solicitava informação. O senhor **Presidente da Câmara** disse que aguardava uma resposta à manifestação de interesse, para que se encontrasse uma solução provisória que foi delineada em reunião de câmara. O senhor vereador **Filipe Sales** perguntou qual era a solução provisória, porque não ficou delineado nada, uma vez que não havia consenso. O senhor **Presidente da Câmara** disse que considerava que existia consenso e que deveriam procurar saber se haveria disponibilidade para a solução ou não. Perguntou quem votava a favor de sensibilizar a Docapesca para que durante este ano autorizasse a utilização do espaço, chamado de “Casa dos Cabos de Mar”. O senhor vereador **Filipe Sales** disse que as votações não podiam ser assim, perguntando se o cenário apresentado era possível do ponto de vista jurídico. O senhor **Presidente da Câmara** disse que era um problema da Docapesca, porque a Câmara Municipal não tinha competências na área. Referiu que aquilo que a Docapesca fez, foi que se transmitisse a intenção, não tendo sido dada resposta, em tempo útil, que a intenção da Câmara Municipal era não concordar com a utilização daquele espaço para venda de bilhetes ou serviços. Disse que, posteriormente, sensibilizou a Presidente do Conselho de Administração da Docapesca daquela posição e o Conselho de Administração da Docapesca fez o que entendia que deveria ser feito. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que não se opunha a uma solução transitória, desde que salvaguardada a prerrogativa legal, não tendo obstaculizado a questão da utilização provisória das instalações. O senhor vereador **Filipe Sales** disse que começava a perder um pouco a paciência pela forma

como o senhor Presidente da Câmara se dirigia a ele, solicitando que se moderasse. Relativamente à questão da Docapesca e à concessão daquele espaço, disse que achava que a Câmara Municipal já se tinha pronunciado sobre aquele assunto, e como não o fez atempadamente, a Câmara Municipal com uma intervenção extemporânea, que no fundo impugnou o concurso, informalmente, porque aquela área era jurisdição da Docapesca em que o parecer da Câmara Municipal não é vinculativo, mas naturalmente, com a diplomacia entre instituições, manifestando o senhor Presidente da Câmara o incomodo e a não anuência, da Câmara Municipal, em que aquele espaço seja concessionado, a Docapesca imediatamente suspender o concurso. Disse, ainda, que ao ter sido concessionado o espaço, os proto concessionários adquiriram automaticamente direitos, e a Câmara Municipal não se deveria opor, não sabendo se seria razoável, do ponto de vista legal, alguém a quem foi atribuído um direito de concessão de um espaço com um determinado período temporal, que prossupõe um investimento, se seria sensato e juridicamente possível dizer que, ao invés de a concessão ser por seis anos, ficariam por um ano. Disse que quando colocava a questão da Docapesca, perguntando se tinha havido diligências, o senhor Presidente da Câmara disse que aguardava para formalizar a posição da Câmara Municipal, ficava sem perceber qual era a posição da Câmara Municipal, não o dizia por regozijo em criar obstáculos e dificuldades, era apenas porque não sabia qual a posição da Câmara Municipal. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que era naquele ponto que havia divergência de opinião, porque o senhor vereador Filipe Sales entendia que, se havia uma atribuição, a mesma deveria ser cumprida nos termos da Lei Geral, e ele próprio defendia e continuava a defender uma solução alternativa, com a ressalva de não saber se era possível. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não sabia o que havia de dizer, porque, a partir do momento em que as questões ali eram colocadas, e que entendeu que estava consensualizada, e que não se prendia com questões jurídicas porque essas seriam com a Docapesca, o que tentava perceber, era saber o que era possível fazer, caso seja possível, para que, quando se soubesse, informar a Docapesca. O senhor **vereador Jorge Gonçalves** disse que, relativamente aquela matéria e das dúvidas que tinha, relativamente à situação jurídica em que estava envolvido o concurso, já se tinha pronunciado. Referiu que o senhor Presidente da Câmara disse que, a Câmara Municipal, nada tinha a ver, porque era um problema da Docapesca, mas não se deveria fazer propostas que não se enquadrassem no ponto de vista jurídico e naquilo que era a lei. Disse, ainda, que se deveria propor que a Docapesca estivesse presente na reunião da Câmara Municipal. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que achava que qualquer solução provisória teria de ser suporte para uma decisão futura. O senhor **Presidente da Câmara** disse que tinha percebido que havia predisposição de todos os senhores vereadores em procurar saber se era possível encontrar uma solução provisória para um ano. -----

-Relativamente aos cuidados de saúde primários que iriam ser transferidos para o hospital, disse que tinha sido informado, informalmente, que o senhor Presidente da Câmara iria reunir com o senhor Dr. Nuno Venade, vogal do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e solicitou que fosse dado conta se houve desenvolvimentos naquele processo. O senhor **Presidente da Câmara** disse que tinha tido uma reunião, ao telefone, com o senhor Administrador Regional de Saúde, e o que pediram foi que a Câmara Municipal fosse uma entidade colaboradora, que os ajudasse a resolver as dificuldades que possam vir a existir, no imediato, assumindo que a solução não lhes agradava mas que não existia outra solução, porque a obra tinha um tempo limitado. Referiu que tinham admitindo, inclusive, que possa ter sido mal avaliado. Disse, ainda, que entendia que, independentemente da avaliação que se pudesse fazer, enquanto entidade responsável, iriam tentar encontrar soluções, seja com a Administração Regional de Saúde seja com outras entidades. -----

Senhor vereador Rogério Cação:

- Perguntou sobre o ponto de situação relativamente à regularização dos contratos precários. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o assunto iria ser presente na reunião extraordinária da Assembleia Municipal, a ser realizada em maio. -----
- Disse que lamentava não ter estado na reunião sobre a Berlenga. -----
- Relativamente à questão que tinha havido sobre a utilização das praias, disse que era apologista que se deveria fazer um debate aberto, referindo que era uma matéria onde existem diversas opiniões. -----
- Disse que ficava preocupado quando se dizia que iriam abrir mais escolas de surf, temendo que as consequências futuras possam ser desastrosas, porque o excesso de oferta prejudicaria a sua qualidade. -----
- Referiu que o excesso de carros estacionados junto à arriba, na Papôa, o preocupava, havendo razões de emergência para fazer promover uma reflexão sobre a matéria, continuando a pensar que, desejavelmente, a Papôa deveria ser um espaço pedonal. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que, relativamente à Papôa, no mandato anterior houve consenso para uma possível solução, sugerindo que se consultasse o dossier. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não concordava em retirar totalmente a possibilidade de estacionamento, mas que estava de acordo com a urgência de encontrar uma solução para o espaço.-----
- Associou-se à saudação feita ao Clube Vila Maria.-----
- Subscreveu a proposta do senhor vereador Mark Ministro. -----
- Saudou o 25 de Abril. Disse que para si era uma data de referência e que a liberdade era a coisa mais sagrada que tinham, devendo-se lutar por ela. Citou um poema de Sophia de Mello Breyner “*Esta é a madrugada que eu esperava. O dia inicial inteiro e limpo. Onde emergimos da noite e do silêncio. E livres habitamos a substância do tempo*”. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que, em relação ao 25 de Abril, concordava plenamente que era a coisa mais sagrada que tinham, tendo a própria, num discurso da Assembleia Municipal, citado o mesmo poema.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE ENERGIA E AMBIENTE:

1) Sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), na Zona antiga da cidade de Peniche – Inquérito – Pelouro de Higiene e Limpeza: -----

Deliberação n.º 538/2018: O Chefe da Divisão de Energia e Ambiente, em regime de substituição, Nuno Cativo, fez uma apresentação do Estudo realizado sobre a recolha de RSU na zona Antiga da Cidade. O senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a apresentação efetuada. Disse que, há uns meses, quando conversaram sobre o que fazer naquela zona, a primeira conclusão que tiraram foi que teriam que ouvir a população, e qual seria a sensibilidade da mesma para poderem encontrar a solução mais desejável, que poderia não ser a que se pretendia. Referiu que haveriam medidas a médio/curto prazo, e na sua opinião teriam, como autarcas, a responsabilidade de começar a intervir de forma diferente, no sentido de influenciar a educação da população, fazendo mais sentido, para si, junto das gerações mais jovens. Disse que deveria ficar registado, que seria desejável, assim que houvesse possibilidade, começarem a trabalhar uma estratégia, em termos de resíduos, para todo o concelho. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que realmente estavam perante uma matéria de interesse público e, provavelmente, das mais prementes que têm para resolver no concelho. Referiu que se reconhecia que era um

sistema complexo, porque não dependia apenas dos meios que se punha à disposição, mas sim das culturas, e das pessoas que depositam os lixos. Deu os parabéns pela forma clara como a apresentação foi feita, colocando uma visão concreta e objetiva com soluções. Na sua opinião, disse que preferia o sistema porta a porta de balde, por uma questão de responsabilização dos utilizadores. Disse que, numa primeira leitura, a proposta apresentada, admitindo que os contentores seriam a solução, desde que sejam menos agressivos do ponto de vista visual ou estético, que sejam mais higiénicos do ponto de vista da deposição dos resíduos, que sejam menos agressivos do ponto de vista do enquadramento urbano, parece-lhe aceitável. Quanto àquilo que foram os resultados, dentro da proposta feita, parece-lhe evidente que o volume de depósito de resíduos que temos, comparado com o que irão ter, será em si um incremento e uma melhoria, e que, para si, a única dúvida era se a melhor solução seriam os contentores. Referiu que seria inquestionável o investimento na fiscalização, primeiro num sentido pedagógico, incentivador de boas práticas, e num segundo momento punitivo, caso seja necessário. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** agradeceu aos técnicos o inquérito realizado. Disse que tinha muitas dificuldades em encontrar, ali, uma solução, referindo que não existiam soluções ótimas, mas sim soluções consideravelmente melhores, até porque se tratava de equipamentos com alguma dimensão que não deixariam de ter um impacto significativo nas zonas onde fossem colocados. Referiu que existia ali uma questão fundamental, ou se fazia com a participação das pessoas ou estavam condenados ao fracasso, e certo era que não tinha visto interligação entre a Câmara Municipal e as pessoas para resolver melhor o problema, e para além de haver mais fiscalização, que lhe parece muito importante, também haver mais pedagogia relativamente àquilo que for o seu lixo e a sua responsabilização. Solicitou que o estudo completo, se possível, fosse enviado para os senhores vereadores. Disse, ainda, que a questão da deposição do lixo no chão não era solução para ninguém, tendo muito mais inconveniente que a solução apresentada, independentemente de poder ter algumas reservas quanto a ela. O senhor vereador **Filipe Sales** disse que aquele assunto tinha sido alvo de muitas discussões e possivelmente o mais abordado, no período antes da ordem do dia, nos últimos 3 anos. Deu conta que a última vez que fizeram uma discussão, com inscrição na ordem do dia, onde estiveram presentes os senhores Nuno Cativo, Chefe da Divisão de Energia e Ambiente, em regime de substituição, e Nuno Carvalho, Técnico Superior de Ambiente da Divisão de Energia e Ambiente, para analisarem o sistema de recolha de RSU, foi no dia 4 de janeiro de 2016 e, na altura, todos consideraram que seria importante, na solução que se viesse a encontrar, as pessoas serem envolvidas desde a primeira hora, e sentirem que a solução era delas ou então seria muito difícil conseguir algum sucesso naquilo que fosse a estratégia a adotar. Referiu que se tratava de uma comunidade, sobretudo, envelhecida, e o que constatava era que as pessoas colocavam o lixo no contentor ou até mesmo no chão por volta das vinte horas e trinta minutos e não entre as vinte e duas horas e as vinte e três como referido no inquérito. Disse que, também, no dia 4 de janeiro de 2016, colocaram a questão referente à centralização do lixo, na Avenida do Mar, e aproveitando a presença dos técnicos, referiu que deveria ter começado por agradecer o estudo, fazendo-o naquele momento, para lhes dizer que para além daquele objeto de estudo em análise, que era muito pertinente, a questão da centralização de um ponto de recolha na Avenida do Mar era uma grande preocupação, associado, não só às questões estéticas e visuais mas, à questão de saúde pública em períodos de maior produção, sendo calamitoso ver as pessoas desviarem-se dos caixotes do lixo, e na altura falaram que se deveria fazer alguma pedagogia junto dos restaurantes. A senhora vereadora **Cristina Leitão** agradeceu a apresentação efetuada. Disse que considerava positivo o facto de se ter iniciado uma nova ronda de análise sobre aquela matéria, com um inquérito, que era vontade do Partido Social Democrata que acontecesse. Relativamente às campanhas de sensibilização, disse que já tinham sido feitas no passado, e a verdade é que não foram positivas, porque se mantinha o problema, principalmente na zona central, relativamente à deposição dos

lixos. Disse que aquele assunto tinha sido, ao longo dos anos, muito falado, e lembrou que, quer nas discussões das Grandes Opções do Plano, quer nas discussões sobre a fixação do preço nos serviços de RSU, os vereadores do Partido Social Democrata apresentavam sempre as suas dúvidas, relativamente ao sistema, e por diversas vezes o questionaram. Referiu que, na última vez que os técnicos ali estiveram a fazer aquela apresentação, recordava-se de terem falado exaustivamente sobre aquilo e na altura foi-lhes dito que o sistema como estava era o possível, naquele dia, viu-se que tinham mudado de opinião. Relativamente a isso, uma vez que apresentaram uma solução com maiores capacidades que as propostas apresentadas anteriormente, mas com base naquilo que decidiram anteriormente, sobre o sistema de recolha de resíduos, compraram-se contentores, que estão nos armazéns municipais, perguntou porque teria aquilo acontecido. Em relação à questão dos investimento, lembrou que se investiu em ilhas ecológicas que julga não terem sido instaladas, sendo uma questão que a preocupa, estarem ali a decidir sobre um novo modelo tendo em conta a existência de equipamentos adquiridos sem terem sido instalados. Disse, ainda, que ficou confusa quando aquela solução foi apresentada, porque na época, um dos problemas existentes, nomeadamente com os contentores na zona central, era que se deixava muito tempo a tampa aberta, e na altura propôs que se comprassem contentores com pedal e o senhor Eng.º Nuno Cativo disse-lhe que os de pedal seriam mais caros, logo teriam que comprar menos do que os que adquiriram. Perguntou o que existia, de que forma se poderiam adequar e qual o investimento que teriam de fazer para resolver aquele problema. Referiu que concordava com a fiscalização, apesar de achar que possa ser mais difícil. Em relação à questão dos horários, disse que o senhor vereador Filipe Sales já tinha falado sobre o assunto, mas fez um apelo aos senhores engenheiros ali presentes no sentido de sensibilizarem os trabalhadores que fazem a recolha do lixo. O senhor **Presidente da Câmara** disse que teriam que encontrar as melhores soluções possíveis, mas aquilo que existia não poderia continuar durante muito tempo. Disse que concordava com muitas das coisas ali ditas, que tinha a ver com a atitude pedagógica e a necessidade de envolver mais as pessoas, tendo sugerido que, num sábado, se convidassem pessoas daquela zona para terem uma conversa para sensibilização, para além de, caso se implementasse aquele sistema, fazer uma brochura, contando uma história, com alguma objetividade e criatividade. Disse que, para além dos técnicos Municipais, teriam que envolver outras pessoas, nomeadamente fiscais, que teriam de ser contratados, referindo que teria que haver sensibilidade para escolher as pessoas a recrutar. Disse que em relação às ilhas ecológicas, existiam três, que por falta de tempo, ainda não foi possível instalar. Em relação à questão dos valores, disse que a verba necessária estava prevista em Orçamento. Disse que não acreditavam que os contentores partidos não fossem substituídos, quando referenciados. Em relação à Avenida do Mar, disse que era uma preocupação de todos, inclusivamente da população, referindo que os restaurantes poderiam ser parte da solução. Disse, ainda, que estava previsto que, naquela área, iria ter uma atenção diferente em relação à recolha dos resíduos. O **Chefe da Divisão de Energia e Ambiente**, Nuno Cativo, disse que os serviços conheciam bem os problemas, havendo 1200 problemas no concelho. Disse que, em relação à fiscalização, a mesma era feita, inclusivamente, o próprio e o senhor Nuno Carvalho, Técnico Superior de Ambiente da Divisão de Energia e Ambiente, foram buscar sacos dentro de contentores, e abriram, para perceber quem tinha feito deposições incorretas, e encontraram nomes. Referiu que a fiscalização tinha que ser melhor, mas eficaz, porque senão iria descredibilizar quem fiscalizava. Relativamente ao horário, vinte e duas horas, disse que era um referencial porta a porta, mas era óbvio que ao colocar em contentor, colocariam durante todo o dia. Disse que qualquer solução que seja implementada tinha que ser, por um lado divulgada, e por outro lado fiscalizada e ajustada à solução. Dizia-se muitas vezes que não sensibilizavam, não querendo contrariar, referiu que foram feitas diversas campanhas de sensibilização, achando que se sensibiliza demais, porque não há pessoa nenhuma que não tenha consciência do que fazia

quando depositava o seu lixo. Relativamente à colocação das ilhas ecológicas, disse que eram uma solução, que tinham vantagens e inconvenientes, estando mesmo a passar de moda, mas os serviços gostariam de as ter já colocadas. Deu conhecimento que eramos o terceiro Concelho com melhores resultados para as metas europeias relativamente à reciclagem, primeiro Lisboa, segundo Óbidos, porque tinha uma solução que era um processo modelo em que a solução era paga por todos os Municípios do Oeste, exclusivamente para ser utilizada naquela localidade, e ainda, que era muito interessante saber que as escolas do Concelho, através de um concurso anual de separação de embalagens, iniciativa da Valorsul, eram as que melhores resultados tinham. Relativamente à Avenida do Mar, disse que iriam minimizar o problema, referindo que a Valorsul tinha metas de reciclagem que iriam sendo cada vez mais exigentes, estando a estudar um sistema para todo o Oeste, sendo intenção fazerem a recolha de vidro, embalagens e papel/cartão aos principais produtores dos Concelhos, a começar pela cidade, com a periodicidade possível, mas sempre a necessária para o produtor, querendo dizer que, caso os restaurantes fizessem a separação, melhorariam muito a capacidade de deposição dos mesmos, estando prevista a implementação em maio. Em relação aos horários, disse que era muito complicado, referindo que estariam disponíveis para os ajustar. Deu conta que existiam 1200 equipamentos no concelho, sendo a sua vida útil curta, e sempre que tinham conhecimento do seu desgaste, eram substituídos. Referiu que, para a festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Peniche, era preciso colocar 30 contentores, mais 30 para a festa em Honra de Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, mais 32 para a Ilha da Berlenga, sendo necessário existirem contentores em armazém. O senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a presença dos dois técnicos ali presentes, e a toda a equipa, referindo que iriam conseguir melhorar no futuro. (NIPG 5193/18) -----

DIVERSOS:

2) Logotipo do Município de Peniche – Pelouro da Comunicação: -----

Deliberação n.º 539/2018: Deliberado apreciar a proposta referente ao logotipo do Município de Peniche, na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 30 de abril de 2018.

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

3) Revisão do PDM – Objetivos e Ponto de Situação do Plano – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 540/2018: O senhor **Presidente da Câmara** disse que, em traços gerais, aquilo em que o PDM poderia ser determinante, para o que entendia como ferramenta para o desenvolvimento do Concelho, existiam duas ideias que, para si próprio, eram muito importantes, que seria a possibilidade de encarar os espaços na envolvente da Marginal Norte como potencial de investimento económico virado essencialmente para o turismo, com regulamento, com condicionantes e com orientações expressas, podendo ser trabalhado parcela a parcela. De uma forma mais amadurecida, referiu que o PDM deveria delinear, de uma forma muito objetiva, o que entendia que deveria ser, não numa proposta para aquele local ou de uma freguesia, mas como um todo, em termos de freguesia, ou seja, aproveitar aquele momento de decidir a questão dos circuitos pedonais e cicláveis, para se ter em definitivo, condições de vida e de se poder usufruir da terra e do Concelho como nunca tinha sido feito, estando mais ou menos delineado, seria uma questão de se decidir. Disse que se deveria preparar a curto prazo, em algumas áreas, projetos que possam estar em carteira, ideias que têm sido faladas com os técnicos da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, que tinham a ver com os acessos sobrelevados sobre as dunas próximas das praias, baía norte e baía sul. Referiu que era uma

forma estruturada de pensar no Concelho como um todo para quem ali vive, mas também para criar uma oportunidade e uma apetência natural para quem procura Peniche como destino turístico, usufruindo do clima e também das diferenças que possam haver. Disse, ainda, que a ideia seria, pegar no Báltico, seguir por toda a costa, dar a volta à Península e sair na fronteira com Paimogo, cruzando para o interior do concelho de Peniche, nomeadamente, a existência de um acesso pedonal e ciclável entre Porto de Lobos e Peniche seria determinante, havendo outras zonas, referindo a Freguesia de Ferrel, a Freguesia de Atouguia da Baleia e a Freguesia de Serra d'El-Rei que defenderam uma linha interior que atravessasse Ferrel, Casais Mestre Mendo seguindo até à Serra d'El-Rei, podendo ser aquele o roteiro possível de ter. Deu conta que, possivelmente, numa primeira fase, o mais necessário, tendo em conta o Campeonato do Mundo de Surf, seria a via ciclável e pedonal que ligaria os superturbos à IP6. Ainda no seguimento do que se tinha estado a falar, referiu a questão da Papôa. Relativamente à forma como iriam trabalhar a Marginal Sul e a Marginal Norte, disse que dependia do contexto, se fizessem a Marginal Norte como defendia, que seria fazer uma nova marginal ao lado da já existente, atravessando a partir do Frei Rodrigo, para dentro, obviamente que iria potenciar em grande medida, passando a marginal de agora a ter um acesso pedonal e ciclável, afastando por completo as viaturas das falésias de toda aquela marginal. Disse que aquela ideia deveria ser tratada de uma forma determinante, como sendo uma ferramenta que teriam para fazer a diferença no futuro, referindo que todas as outras iriam ser trabalhadas a seu tempo. Disse que achava, também, determinante criar condições para construir novas unidades hoteleiras, porque não existe capacidade para oferta de alojamento. Referiu que em relação ao Porto da Areia Sul, a indecisão não poderia continuar, sendo necessário definir o que se pretendia para aquela zona. Disse que se teria que criar no Concelho as estruturas suficientes, com dignidade e com apetência, viradas para o turismo e o PDM era determinante, havendo a necessidade de definir onde se pretendem os equipamentos turísticos, querem na Marginal Norte, na zona frente à Ilha da Berlenga ou no Porto da Areia Sul, faltava realmente decidir. Referiu que o Fosso das Muralhas estava delineado e clarificado, havendo apenas limitações decorrentes da candidatura, mas a equipa iria estar presente numa reunião de câmara para se decidir. Em relação à Papôa, confessou que lhe incomodava, da mesma forma que à senhora vereadora Cristina Leitão, prever ali um equipamento com alguma dimensão para aquele local, achando que se deveria fazer o mínimo possível. Disse, ainda, que admitia a possibilidade de se fazer ali um pequeno hotel junto ao Porto da Areia Norte. Relativamente à questão do desvio da Avenida Paulo VI para a Rua do Brasil, disse que era sensível a alguns argumentos, nomeadamente a questão do talude e do abrigo daquela zona. Disse que admitia como possível, mas que não seria uma prioridade para o Concelho, a nova via que a equipa traçou a partir da zona do Abalo até à Fonte Boa. Referiu que não concordava com o que o senhor professor Jorge Carvalho lhe disse em relação a não acreditar que a Marginal Norte fosse feita nos próximos tempos, mas na sua opinião quem iria pagar a Marginal Norte seriam os promotores que iriam ali construir. Em relação a outras questões que tinham a ver com a estratégia de desenvolvimento económico e turístico, disse que tinha a ver com a ideia que tinha em relação ao aproveitamento daquilo que seria o Museu Nacional e o reflexo que isso poderia ter em termos culturais, de património, de estratégia de um roteiro que se poderia criar, estando com alguma objetividade referenciado na Magna Carta, dependendo daquilo que irá ser o programa do Museu Nacional, dependendo do que irá ficar lá dentro para o Município e da capacidade financeira. Partilhou a possibilidade de desenvolver uma ARU, nos Remédios e Bairro do Calvário. Em relação à cidade, disse que teriam que ver em pormenor a questão da Estrada dos Remédios, porque não está muito de acordo com a proposta da equipa para transformar a atual estrada num único acesso, e sem ver em pormenor, preferia que houvesse a possibilidade de prolongar a Avenida Paulo VI, não havendo condições, nos próximos anos, para alterar substancialmente a atual Estrada dos Remédios, apesar de se ir

começar a intervir. Em relação à Barragem de São Domingos, disse que existia a componente da Agência Portuguesa do Ambiente, havendo alguns constrangimentos naquilo que alguns defendiam, referindo que defendia a potenciação daquela área, sabendo que os regulamentos não permitem, mas a questão que defendia em relação ao acesso sul da barragem era que seria desejável que os regulamentos permitissem requalificar e tratar os taludes que lá existem, sendo da mesma opinião que a senhora vereadora Cristina Leitão que seria, ou fazia a Câmara Municipal ou ninguém fazia, protegendo as fazendas e o acesso aos tratores e, ao mesmo tempo encontrar uma solução, talvez, em pedra de calcada multicolores, inclusivamente, quando foi feita uma visita ao local. Uma das coisas que se viu e sabendo das potencialidades que existiam em relação à margem norte, referiu que não seria mau poderem pensar em alguns pontos, não muito grandes, para equipamentos de pequena dimensão virados para o turismo. Em relação às propostas apresentadas na zona rural, disse que deveriam trabalhar melhor as mesmas, nomeadamente a questão de Atougua da Baleia, sobre o que tinha dúvidas. Perguntou se seria ou não possível estudar a possibilidade de se criar uma frente muito controlada e regulamentada de construções viradas para o turismo, entre Ferrel e Óbidos. Disse que, em relação à questão da Unidade de execução do Baleal, teriam que falar muito, mas um dia iriam pormenorizar e discutir o assunto. O senhor professor **Jorge Carvalho** sugeriu que se discutisse Peniche, tendo a noção que não iriam ser definitivas, por pontos. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que o senhor Presidente da Câmara deu nota de algumas ideias que tinha, nomeadamente a construção ou não da Marginal Norte nos termos ali propostos, tendo o Partido Social Democrata, na anterior reunião do PDM, feito a sua avaliação sobre aquela matéria, ficando a aguardar qual iria ser o desenvolvimento económico para o turismo, para fazer acontecer a Marginal Norte, referindo não ser discordante, numa primeira fase, porque como estava, não dignificava a zona. Perguntou se se poderia interiorizar mais do que estava previsto no mapa, apresentado naquele dia, no que dizia respeito à Marginal Norte, tendo em conta o ponto de vista da futura utilização daquele espaço. Ainda respeitante àquela zona, e aos mapas que apresentavam, disse que existiam, algumas áreas, nomeadamente no que respeitava a rede viária, que, não aproveitando o caminho existente, poderiam procurar uma solução de atravessamento e, daquela forma, interiorizar mais aquela via, ou seja, interiorizar a grande infraestrutura, o que não significaria que no local proposto não pudesse existir a pequena infraestrutura, os tais modos suaves, algo mais pedonal, mais ciclável, não deixando de ir, de todo, à Marginal Norte, mas de outra forma. Disse que, no futuro, queria ser fundamentalista relativamente àquela matéria, porque queria uma coisa mais virada para o futuro, em que se pudesse andar mais a pé, mais de bicicleta e menos com os carros, fazendo-lhe alguma confusão poder-se continuar a transitar na Marginal Norte com veículos de grandes dimensões, fazendo daquilo uma estrada de serviço, referindo que estava disponível para dar a cara por aquela solução. Em relação aos percursos cicláveis, disse que não contestava a rede proposta, achando que a solução encontrada seria adequada às necessidades, com a ressalva de poderem ter alguns percursos cicláveis por cima de alguns sistemas dunares, quer a norte quer a sul, que sabia, não estarem contemplados no programa da orla costeira. Em relação à Papôa, disse que via aquela zona da mesma forma que via a Marginal Norte. Uma área que não deveria ter automóveis, ali não sendo tão fundamentalista de não ter nenhum automóvel, teria que ter algum acesso, de um só sentido, com uma área de estacionamento reduzida, naturalizando aquele espaço, referindo que, no passado, houveram propostas, no âmbito das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), para colocação de miradouros, e coisas interessantes do ponto de vista do desenho urbano e paisagístico, embora se tivesse verificado que a proposta tinha falhas, mas do ponto de vista conceptual, ela era interessante. Relativamente a questões que estariam por resolver, referiu que o senhor professor Jorge Carvalho sabia que a Câmara Municipal tinha um regulamento municipal para a regulação do Autocaravanismo, havendo muita dificuldade em encontrar soluções para acolher as

caravanas, de uma forma digna e que seja boa para quem visita mas também para quem aqui estava, não havendo ainda soluções. O Partido Social Democrata era muito apologista de que a solução passava por, aqueles veículos, permanecerem, no período noturno, em zonas definidas, e por fazerem uma análise daquela problemática e verificar que soluções existiam, sendo a sua opinião que aqueles parques deveriam ser mais distribuídos do que concentrados, porque iriam criar menos impacto. Em relação à resolução do problema de etnia cigana no Concelho, nomeadamente na cidade de Peniche, disse que sabia que o PDM não iria resolver todas as questões, mas estava à espera que a resolução ali estivesse prevista. Disse que a solução ali proposta estaria a contornar o problema, do ponto de vista viário, referindo que percebia, e que até acolhia com simpatia, o facto da Avenida Paulo VI ir ao encontro da Rua do Brasil, mas também queria ver no PDM, mesmo sabendo que havia ali uma área urbana, a resolução para aquela situação. Em relação às áreas de edificação urbana, solicitou ao senhor professor Jorge Carvalho que, na sua opinião técnica, dissesse o que consideraria mais razoável, e caso tivesse que propor, o que proporia. Em relação às ARU abrir um parêntesis, referindo que aquilo que pedia não era apenas orientado a Peniche, era orientado a todo o concelho, porque cada vez que dizia que se tinha que fazer uma ARU em Atouguia da Baleia, todos iriam querer propor. Voltando a Peniche, disse que na reunião anterior tinha perguntado qual era a política global de transportes, e essa mesma política tinha a ver com a sazonalidade. Questionou de que forma se poderia fazer, para que se movessem os fluxos de pessoas que vão para as praias, para os pontos de interesse turístico. Era necessário definir uma estratégia, olhando para o território do Baleal, que passasse por uma política de transportes e que irá resolver determinados problemas. Disse que não quis deixar de dar nota daquele assunto, porque, uma vez que se estava a ampliar a área territorial do ponto de vista urbano, não iria obrigar a terem um sistema de transporte que pudesse dar resposta num sistema mais urbano que resolvesse alguns fluxos de pessoas, nomeadamente entre a escola e o centro. Em relação à Prageira, disse que o senhor professor Jorge Carvalho continuava a propor que grande parte da área continuasse a ser industrial ou de serviços, fazendo uma área junto ao Fosso com uma componente mais habitacional, referindo que seria necessário definir o que se pretendia para aquela área, se teria uma componente mais urbana, o que provavelmente seria necessário criar ali mais habitação, e lembrou os armazéns municipais, que era terreno municipal, podendo o Município deixar aquela área para uma reserva para algo mais estratégico. Referiu que não achava prioritário fazer-se um multiusos em Peniche, pelo menos no imediato, mas caso se pretendesse fazê-lo, perguntou onde seria. Em relação aos equipamentos culturais, disse que os mesmos estavam muito espalhados no território, nomeadamente museus, tendo criado um problema nos recursos do Município, questionou se no novo PDM, a política para as questões culturais iria seguir a mesma linha, ou seria diferente. Referiu que o senhor Presidente da Câmara fez referência ao grande museu que iriam ter na Fortaleza de Peniche, desconhecendo-se o que iria acontecer, em termos de recursos municipais, uma vez que obrigaria a ter cerca de 20 pessoas a trabalhar no local, querendo o Estado que a Câmara Municipal assumisse a responsabilidade, não tendo a Câmara Municipal se pronunciado sobre o assunto, podendo o problema agravar-se do ponto de vista da estratégia cultural. Disse que sabiam que não tinham museu municipal, mas o Partido Social Democrata defendia que Peniche precisava, a par de outros museus que não são responsabilidade municipal, de um museu municipal onde se poderia ver indústria de conserva, naval e recolher todo o espólio. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que a Papôa, para si, sempre foi um espaço que foi abusivamente utilizado, defendendo que aquilo era um espaço de natureza privilegiado que tinha que se preservar. Disse que, tal como o senhor Presidente da Câmara defendia intransigentemente a Marginal Norte, admitindo que pudesse existir alguma lógica naquilo que disse a senhora vereadora Cristina Leitão, de interiorizar mais aquela marginal, mas, obviamente, não defendia o fluidor das vistas, achando, também, que aquela marginal teria que ter limitações de circulação,

nomeadamente, apenas com um sentido. Referiu que existia na cidade muito edificado e poucos espaços verdes, do ponto de vista da proporção, dizendo que gostaria de ver mais pulmão dentro da cidade. Disse, ainda, que, na sua opinião, seria fundamental que o PDM integrasse lógicas de atração das pessoas para o centro da cidade. Disse que tinha sido abordada uma questão defendida pela senhora vereadora Cristina Leitão, com a qual só concordava parcialmente, que tinha a ver com a conceção do que seria a museografia, achando que haveria alguma vantagem na existência de dispersão, não propriamente museus pequenos, porque isso não concordava, mas estava de acordo que houvesse um núcleo museográfico principal, sobretudo numa zona que não se situe onde já existam outros focos de interesse. Disse, ainda, que o que tinham era uma conceção de rede museográfica, achando que a mesma era valorizadora do território, havendo museu e centros interpretativos ligados às pequenas comunidades, mesmo sabendo que levantaria questões do ponto de vista dos recursos, mas do ponto de vista da valorização do território era uma opção importante, porque era necessário haver razões para que as pessoas visitem todo o concelho. Relativamente ao pavilhão multiusos, disse que fazia falta, porque iria permitir um conjunto de opções, nomeadamente de oferta para o exterior, concordando que se deveria considerar uma localização para o mesmo. Relativamente às respostas hoteleiras que se falou, disse que estava completamente em desacordo com o que foi referido para a Papôa. Em relação ao Porto da Areia Sul, disse que nunca tinha compreendido, porque, em 1986 quando foi vereador, já existiam projetos para aquela zona. Referiu que existiam outras questões que mereciam uma reflexão aprofundada, nomeadamente, todo o desenvolvimento para o lado do Cabo Carvoeiro e a zona de construção dispersa, saber-se exatamente o que se pretendia para ali, porque acha determinante para se perceber as lógicas de desenvolvimento que estão subjacentes, e para si, o PDM, mais do que um instrumento urbanístico deveria estar sustentado numa estratégia de desenvolvimento. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que estava na presença da revisão do PDM, que seria o instrumento de planeamento territorial mais importante do município e deveria definir os eixos estratégicos de desenvolvimento concelhio, quer do ponto de vista do ordenamento do território e do urbanismo, quer do ponto de vista territorial, quer do ponto de vista da reabilitação urbana e do ponto de vista dos equipamentos coletivos e da sua gestão. Relativamente à proposta ali apresentada, sendo apenas a cidade, disse que tinham que olhar para aquilo do ponto de vista global, do ponto de vista do Município, e face a um plano que se previa que viesse a vigorar por mais dez anos, deveriam definir os eixos de desenvolvimento do futuro do Concelho. Disse que alguém tinha referido que o desenvolvimento do Concelho passaria essencialmente do ponto de vista turístico, podendo ser uma hipótese, mas aquilo que pensa que deveria ser analisado era precisamente, quais os eixos de desenvolvimento do ponto de vista económico e, face àquela perspetiva, quais eram as orientações que o PDM lhes deveria dar, do ponto de vista turístico, do ponto de vista industrial e do ponto de vista de serviços, a pesca e a agricultura, também, apesar de estarem muito mais confinadas, e relativamente àquela matéria há alguns conflitos que seriam a experiência do atual PDM que deveriam encontrar soluções. Disse que já tinham sido referidas algumas, como o problema da rede viária, o atravessamento norte/ sul da península, a projetada Avenida Paulo VI no sentido nascente/ poente, as redes de ciclovias, o problema do circuito pedonal e ciclável da península, abrangendo não só a costa norte e a costa sul, mas também a zona da Papôa, que lhe parece importante ligar àquele circuito. Referiu que existiam algumas questões na cidade como era a do Porto da Areia Sul, o que se perspetivava para aquele espaço, o problema do local onde se encontra o núcleo central da península, mais concretamente o acampamento de etnia cigana, o que se pretendia para ocupação daquele espaço, que seria fundamental haver uma solução, o Fosso das Muralhas parece-lhe ser muito importante, mas acha que seria concessual, quer o seu aproveitamento do ponto de vista do fosso enquanto área molhada, quer a 2.ª fase daquilo que se chamava ao fosso e ser um espaço na estratégia turística do concelho, mas também o interior da cidade, fazendo

referência ao Sportágua, tendo sugerido, há dois anos, que se pudesse discutir o se pretendia para aquele espaço. Disse, ainda, que o senhor Presidente da Câmara tinha referido que havia uma carência de resposta hoteleira, perguntou se seria o espaço indicado para se poder perspetivar, em termos futuros, mais uma unidade hoteleira. Referiu que, na sua opinião, o parque de campismo municipal não fazia sentido estar naquele local, dando-lhe outra utilização. Disse que, na prática, o importante era que, face à perspetiva de desenvolvimento futuro do concelho, fosse apresentada uma proposta que considerasse aquela linha de desenvolvimento e apresentasse o que haveria a fazer relativamente ao futuro. Relativamente aos equipamentos, disse que era um dos defensores do pavilhão multiusos, sabendo que tinha custos elevados, do ponto de vista financeiro, mas deveria ser perspetivado para um próximo quadro comunitário de apoio, porque já se começava a discutir o 2020-2030. Disse, ainda, que não havia um espaço onde se pudesse realizar eventos de maior dimensão, e se quisessem ter uma estratégia de desenvolvimento turístico, passaria por terem um equipamento daquela natureza, devendo ser discutida a sua localização. Em relação à Marginal Norte, disse que era defensor, desde o início, da sua continuidade, não com o atual traçado, mas de uma forma mais interiorizada, tendo o senhor professor Jorge Carvalho dito, na última vez que esteve ali presente, que o Município não teria capacidade financeira para construir uma nova via, tendo feito uma afirmação, que aquilo que se poderia usufruir do ponto de vista paisagístico, na parte norte, se obtinha na parte sul, referindo que não estaria de acordo e como tal tem defendido sempre a manutenção daquela marginal norte, tendo uma estratégia para obter meios de financiamento para a sua construção. Referiu que seria bom dizer que aquilo que consideram atualmente a Marginal Norte, há cerca de 20/30 anos, era a Estrada Nacional 114, que começava no Cabo Carvoeiro, tendo sido desafetada até à entrada da cidade, havendo da parte da Câmara Municipal alguma responsabilidade do ponto de vista da Administração Central relativamente àquele espaço, porque não era apenas o Município que geria aquele território, a APA e o Ministério do Ambiente também eram parte interveniente no processo, pensando que a estratégia deveria ser obtida entre a Administração Local e a Administração Central para encontrar uma solução financeira para a resolução daquele problema. Depois, de uma forma mais global e dentro daquela linha de estratégia, disse que todos achavam que, do ponto de vista industrial, o plano de Urbanização do Vale do Grou daria resposta nos próximos anos a uma eventual procura, sendo mais cético em relação àquilo, porque achava que existia um erro base na elaboração do atual PDM ao ter considerado aquela zona como zona industrial em terrenos privados, desconhecendo se seria possível emendá-lo, até porque os valores dos terrenos seriam sempre consideráveis, bem como o valor das infraestruturas, portanto, tinha muitas reservas relativamente àquela solução. Relativamente à área rural, disse que o atual PDM previa duas soluções de áreas de desenvolvimento de turismo especial, uma na Consolação e outra a Sul de São Bernardino, mas com a elaboração do Plano de Regional de Ordenamento do Território deixaram de poder avançar, não significando que o território tivesse desaparecido e era preciso encontrar soluções para aquele território, quer do ponto de vista da Consolação quer do ponto de vista de São Bernardino, até porque, o desenvolvimento que Peniche poderia ter tinha sempre uma procura que se chamava praias, e seria importante haver alguma definição relativamente àqueles espaços. Relativamente ao Convento de São Bernardino, disse que existia um problema, face ao atual PDM, porque estava inserido em espaços culturais, logo uma outra utilização futura, que defendia, como um equipamento turístico, podendo ser um equipamento hoteleiro, tinha que ter alteração do ponto de vista do PDM. Relativamente ao Baleal e à questão recente da unidade de execução para o local, disse que o território estava lá e precisava de ser ordenado, dando-lhe uma perspetiva futura. Disse que existia uma questão mais complexa que todos defendiam, mas que reconhecia que, do ponto de vista do território e da sua articulação com planos de nível superior era problemática, que era a ligação do concelho de Óbidos ao concelho de Peniche, via Ferrel ou via

Almagreira. Disse, ainda, que era uma questão problemática porque envolvia a reserva ecológica nacional e a rede natura 2000, mas que se deveria discutir e tentar encontrar com a Administração Central uma solução para aquele espaço. Retomando à cidade, fez referência a um equipamento que estava previsto no atual PDM, que era o Parque Desportivo e de Lazer do Vila Maria, tendo o senhor vereador Rogério Cação falado da falta de espaços verdes, referiu que não sabia até que ponto é que a rede viária, que ali estava a ser proposta, chocaria com aquilo que seria a definição daquele parque. Em relação ao Porto da Areia Norte, foi referido pela senhora Arq.^a Alexandra Tormenta que, no POC que estava para aprovação, a parte hoteleira desaparecia. Disse que não era favorável à ligação da estrada municipal Baleal/ Peniche por de trás do Parque de Campismo, à rotunda do estádio do Grupo Desportivo de Peniche, achando que iriam ter um conflito muito mais grave, porque estaremos a atirar todo o tráfego que venha do Baleal, de Peniche, dos Supertubos, da Consolação, todos, para a mesma rotunda. Referiu que, na sua opinião, o que estava previsto no atual PDM, a ligação de Porto de Lobos ao Baleal seria uma solução mais interessante. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que o senhor vereador Rogério Cação tinha referido que Peniche precisava de mais zonas verdes, de um pulmão, fazendo-lhe sentido aquilo que foi dito, não como mais zonas verdes organizadas, mas mais do ponto de vista de um pulmão. Disse, ainda, que sabia ser difícil terem árvores, mas a verdade é que não seria do ponto de vista de terem mais jardins, porque obrigaria a uma maior manutenção, mas terem mais um espaço que seria público, seria verde. Relativamente à questão levantada pelo senhor vereador Jorge Gonçalves referente ao Parque desportivo e de lazer Vila Maria, disse que estava previsto no PDM e a ideia que tinha era que aquele parque de lazer fosse arborizado mas onde se poderia praticar desporto. Em relação à questão do multiusos, referiu que quando dizia que alguns defendiam o multiusos, não disse que não defendia, disse que não o defendia para agora, porque as incapacidades são tantas que se o Município entrasse agora naquela questão seria, do ponto de vista estratégico, menos interessante porque existiam muitas áreas em que se tinha que agir, que tinha que procurar fazer os projetos para quando vier a possibilidade de ir buscar verbas para poder usar naquilo que lhes era mais necessário naquele momento, o que não queria dizer que no PDM não estivesse já consagrada aquela questão. Em relação ao Sportágua, disse que não era uma questão nova, que achava que a anterior Câmara Municipal tinha a pretensão de que aquele espaço pudesse vir a ser um equipamento hoteleiro, com características diferentes dos existentes. Disse, ainda, que percebia porque é que o senhor vereador Jorge Gonçalves dizia que era difícil fazer o ordenamento da entrada da cidade tendo ali o Parque Municipal de Campismo, mas a verdade é que ele estava ali, e o que seria desejável era que tivesse condições, que o Município pudesse ali investir e ser um equipamento municipal digno da entrada de Peniche, o que, em termos de espaço, não estava mal localizado, porque se ali não estivesse, significaria que teriam um espaço disponível para construção mais pesado, referindo que era contra. Relativamente à rede viária e à ligação ao Baleal pela rotunda dos supertubos, disse que poderia não ser a solução ideal, mas seria mais favorável àquela proposta do que romper com uma via pela Quinta dos Salgados, para resolver o problema do Baleal. Disse, ainda, que era contra que a Quinta dos Salgados tivesse construção. Disse que concordava com o senhor vereador Jorge Gonçalves quando dizia que o plano do Vale do Grou, provavelmente, não vinha resolver o problema que existia, referindo que também tinha dúvidas relativamente àquela matéria, sendo necessário, muito rapidamente, perceber-se o que iria acontecer ao Vale do Grou e como iriam colocar em prática aquele plano, porque se não se conseguir, teriam que estudar outra estratégia, do ponto de vista do PDM. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que também não defendia que se rasgasse a Quinta dos Salgados nem que existisse ali construção, não estando previsto no atual PDM que se fizesse. O senhor professor **Jorge Carvalho** deu conta de como estava a decorrer todo o processo do PDM, tendo em conta um conjunto de orientações, que foram aprovadas, para o concelho. Disse que existiam,

para Peniche, 14 pontos anotados, tendo proposto que se discutisse ponto por ponto, para se encontrar um destino. Primeiro ponto - Marginal Norte; Segundo ponto – Ocupação de toda a península na zona poente; Terceiro ponto – Acesso aos remédios; Quarto ponto – Eixo central/miolo da cidade; Quinto ponto – acampamento de etnia cigana; Sexto ponto – dimensão /localização de zonas verdes; Sétimo ponto – Papôa; Oitavo – Porto da Areia Sul; Nono – Ocupação da Prageira; Décimo – Ocupação Sportágua / Parque Campismo Municipal; Décimo primeiro – Percursos modos suaves; Décimo segundo – Autocaravanismo; Décimo terceiro – Grandes equipamentos; Décimo quarto – Novo acesso ao Baleal. Relativamente à Marginal Norte, perguntou se se passaria a ter um percurso apenas de modos suaves ou se, de acordo com o quadro legal, recuava. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que a sua proposta era que, ao invés da via circular no caminho existente, em que uma parte era em alcatrão e outra em terra batida para chegar ao Santuário dos Remédios, passaria a interiorizar mais do que seria a proposta inicial. Deu conta que, no mandato anterior, tinha feito uma proposta, relativamente à questão de terem apenas uma via, sendo rodovia, com apenas um sentido, que a via seria no sentido Cabo Carvoeiro saída de Peniche, precisamente para que o trânsito fizesse um circuito, ficando apenas os dois sentidos até ao limite das fábricas ali existentes. Disse que a Câmara Municipal, independentemente daquele processo, deveria tomar algumas medidas preventivas relativamente à via. O senhor **Presidente da Câmara** disse que levaria tempo, mas seria tudo para executar. Referiu que se deveria pensar, em termos definitivos, qual seria o percurso pretendido para aquela zona, tendo em conta todas as condicionantes. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que não poderiam estar a discutir um PDM, tendo em conta constrangimentos imediatos, porque iriam ficar condicionados desde logo, ou seja, o PDM deveria ser discutido sem constrangimentos, naquilo que seria verdadeiramente importante do ponto de vista estratégico, porque estariam a viciar as suas próprias reflexões. Disse que, ou se fazia um PDM ajustado àquilo que seria exequível no momento, ficando limitados naquilo que seriam as opções urbanísticas, ou então pensavam no PDM do ponto de vista daquilo que melhor serviria o território e as pessoas, dando conta que concordava com a solução apresentada. Referiu que se sentiria muito confortável com uma solução que misturasse uma circulação rodoviária limitada com os modos suaves, salvaguardando algumas questões de segurança. Disse, ainda, que não sabia se aquela zona seria muito atrativa ao investimento, por ser uma área muito exposta a norte, havendo custos elevados de conservação, do ponto de vista do edificado. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que a sua perspectiva era, onde houvesse risco teriam que interiorizar, aproximando onde fosse possível. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que tinham sido encontradas três hipóteses de escolha, uma hipótese seria haver uma marginal de modos suaves, não existindo rodovia, segunda hipótese seria manter algo que se aproxime da ideia da marginal com rodovia, terceira hipótese seria haver uma via que se mantivesse até ao Cabo Carvoeiro e que fossem os empreendimentos essencialmente a pagá-la. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que escolhia a terceira hipótese, uma via paga pelos empreendimentos, interiorizada, com a possibilidade de ser feita uma via de ciclovía. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que relativamente à estrada dos remédios, e no seu ponto de vista, o eixo central acabaria nas Piscinas Municipais e não nos Remédios, a proposta seria haver construção de vivendas, que iriam pagar todas as infraestruturas necessárias. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que concordava com a proposta, todavia pensa que a parte já consolidada teria alguns constrangimentos, do ponto de vista da largura da própria via. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que, relativamente ao eixo central, seria importante aprovar o estudo de mobilidade naquela zona. Referiu que ter duas rotundas, seguidas, era uma insensatez técnica. Disse que a proposta seria fazer com que, junto ao mercado Municipal e ao Tribunal de Peniche, deixasse de ser predominantemente estacionamento, passando a ser, na grande maioria, pedonal. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que, em relação ao ponto quatro, aceitaria a

proposta. Disse que via com bons olhos que o espaço em frente ao Tribunal de Peniche e as traseiras do Mercado fosse um espaço público. Fez referência a uma questão que tinha a ver com a paragem de transportes públicos, e seria importante que na política global dos transportes pudesse, talvez, ser deslocada mais para a frente. Disse que concordava que, estudando aquela zona, se poderia resolver o problema dos transportes públicos, da inexistência de espaço público e do estacionamento, com uma solução combinada com a área da fábrica da Ramirez. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não concordava, enquanto a solução não estivesse estudada, não deixando de ser uma solução apetecível. Disse, ainda, que haviam duas situações complicadas, o desvio a norte e o desvio a sul daquela praça. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que, no essencial, estava de acordo com as questões levantadas. Referiu que as decisões a tomarem dependeriam sempre de um estudo de mobilidade. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que existiam muitos constrangimentos do ponto de vista rodoviário, achando que deveria ser elaborado um estudo para que se demonstre que seria possível haver um sistema de tráfego e que, com as alterações, iriam haver vantagens. O senhor professor **Jorge Carvalho** disse que, em relação ao acampamento de etnia cigana, era uma questão social e política. Disse que, na sua opinião, pensaria num bairro localizado na propriedade onde já estão instalados. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que aquela zona ficaria mais nobre com outro tipo de utilizações que servissem toda a comunidade, incluindo a comunidade cigana. Referiu que a solução para aquela comunidade seria encontrar um espaço alternativo. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que concordava com o senhor vereador Rogério Cação. Referiu que a resolução daquela questão era, para além do politicamente correto, mais estratégico. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que tinha a mesma opinião, que teria que se encontrar outra solução, até porque se tratava de uma zona em que os terrenos são privados. Referiu que, mesmo do ponto de vista da localização e da importância, que tinha relativamente à Península, aquilo fosse um local para encontrar uma solução adequada. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que, em relação à propriedade, no mandato anterior, o proprietário veio à Câmara Municipal oferecer aquele terreno em troca de uma permuta com outro terreno, na altura, foi deliberado por maioria que não se deveria adquirir a mesma e o PSD votou contra, porque achavam que a Câmara Municipal era a responsável. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que o acampamento de etnia cigana não estava localizado apenas num terreno particular, e sim em vários terrenos particulares. Referiu que a Câmara Municipal teria que ter uma estratégia para o problema e uma estratégia para o negócio dos terrenos, no seu conjunto. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a estratégia passaria pelas duas vertentes referidas pelo senhor vereador Jorge Gonçalves, e junto dos proprietários realizar permutas. Referiu que não concordava com a colocação daquelas famílias em bairros sociais porque iria criar uma grande destabilização. Disse, ainda, que a solução seria encontrar possíveis localizações e que iria no sentido de criar habitações e não bairros. Referiu que a estratégia seria, primeiro, na Câmara Municipal, para que, entre todos, houvesse consenso, segundo, com os proprietários e terceiros com as famílias do acampamento, e no caso de ser necessário, envolver a população. (DPGU) -----

4) Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Atouguia da Baleia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 541/2018: Por proposta do senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Atouguia da Baleia. (DPGU)-----

5) Programa-base do projeto da ligação pedonal e ciclável entre o Parque Urbano de Peniche e o Casal da Vala – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 542/2018: Deliberado apreciar a proposta referente ao programa-base do projeto

da ligação pedonal e ciclável entre o Parque Urbano de Peniche e o Casal da Vala, na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 30 de abril de 2018. (DPGU Proc. N.º 69/2017 Aprov.)-----

6) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para construção de edifício de habitação, comércio e/ou serviços, a implantar no prédio urbano, sito no Largo Dr. Manuel Pedrosa, em Ferrel, apresentado em nome de José Jacinto Martins Doirado – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 543/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Emitir parecer favorável, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), para o pedido de informação prévia, apresentado em nome de José Jacinto Martins Doirado, em 23 de novembro de 2017, sobre a viabilidade para construção de edifício de habitação, comércio e/ou serviços, a implantar no prédio urbano, sito na Largo Dr. Manuel Pedrosa, lugar e freguesia de Ferrel, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), 17 de abril de 2018, ficando o projeto a apresentar sujeito ao regime de licenciamento administrativo, nos termos do RJUE.»

A senhora vereadora Cristina Leitão não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.367 DPGU R1184/17)-----

7) Pedido de licenciamento para legalização de alteração e ampliação de edifício de hospedagem, para o prédio sito na Avenida do Mar, n.º 162, em Casais do Baleal, apresentado em nome de Peniche Surf Camp PSC, L.da – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 544/2018: Deliberado apreciar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de abril de 2018, referente ao pedido de licenciamento para legalização de alteração e ampliação de edifício de hospedagem, para o prédio sito na Avenida do Mar, n.º 162, em Casais do Baleal, apresentado em nome de Peniche Surf Camp PSC, L.da, na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 30 de abril de 2018. (DPGU 144/17)-----

8) Pedido de licenciamento para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, para o prédio sito na Rua da Saudade, em Ferrel, apresentado em nome de Jacques Aygalenq – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 545/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido, apresentado em nome de Jacques Aygalenq, em 27 de novembro de 2017, para construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, para o prédio sito na Rua da Saudade, localidade de Ferrel, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 17 de abril de 2018, nomeadamente por incumprimento dos pressupostos do artigo 27.º do RMUE e dos artigos 71.º e 75.º do RGEU (sala sem iluminação para o exterior).» (Doc.368 DPGU 204/17)-----

9) Pedido de licenciamento para legalização de moradia, para o prédio sito na Estrada Nacional.247, n.º 29, no Alto do Veríssimo, apresentado em nome de Vítor Manuel da Costa Franco – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 546/2018: Por proposta verbal do senhor Presidente da Câmara, deliberado aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para legalização de moradia unifamiliar, para o prédio sito na E.N.247, n.º 29, na localidade de Alto do Veríssimo, freguesia de Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Vítor Manuel da Costa Franco, no dia 15 de janeiro de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 17 de abril de 2018. (Doc.369 DPGU 2/18)-----

10) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de Reabilitação de Edifício para Empreendimento Turístico, para o prédio sito no Largo do Pocinho, em Peniche, apresentada em nome de Sílvia Correia de Sousa – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 547/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«*Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de emitir parecer desfavorável ao pedido, apresentado em nome de Sílvia Correia de Sousa, em 20 de fevereiro de 2018, sobre a viabilidade de Reabilitação de Edifício para Empreendimento Turístico, para o prédio sito no Largo do Pocinho, localidade de Peniche, pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 17 de abril de 2018.*» (Doc.370 DPGU 10/18) -----

11) Pedido de licenciamento para construção de edifício para unidade de cuidados continuados e alteração/ampliação de lar de idosos, para o prédio sito na Rua Amélia Ferreira Alexandre, em Serra d’El-Rei, apresentado em nome de APSERRA - Associação para Seniores de Serra d’El-Rei – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 548/2018: Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Movimento de Cidadãos por Peniche, Coligação Democrática Unitária e Partido Socialista, e um contra, da senhora Vereadora Cristina Leitão, eleita pelo Partido Social Democrata, aprovar o projeto de arquitetura para a construção de edifício para Unidade de Cuidados Continuados e alteração/ampliação de Lar de Idosos, para o prédio sito no Largo Padre José Cândido da Costa Leal/Travessa do Adro, localidade de Serra d’El-Rei, apresentado em nome de APSERRA – Associação para Seniores de Serra d’El-Rei, com as condições constantes do parecer da DPGU datado de 20/04/2018. A senhora Vice-Presidente, Ana Rita Petinga, e o senhor vereador Filipe Sales não estiveram presentes na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. -----

Os senhores Vereadores do Partido Social Democrata entregaram a seguinte declaração de voto:
«*Declaração de voto*

Os Vereadores eleitos pelo PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA na Câmara Municipal demonstraram, desde a primeira hora, o apoio à iniciativa da APSERRA - Associação para seniores de Serra d’El-Rei, nomeadamente no pedido de licenciamento para construção de edifício para unidade de cuidados continuados e alteração/ampliação de lar de idosos, por considerarem de grande pertinência e importante mérito esta aposta em novas ofertas e valências para a comunidade idosa no concelho de Peniche.

Havendo a necessidade, por parte da APSERRA, de fazer a entrega de uma candidatura ao Centro 2020 para apoio no financiamento à alteração/ampliação do Lar de idosos até 30 de Abril de 2018, esta circunstância em forte medida condicionou a tomada de decisão da Câmara Municipal, tendo inclusive dificultado a auscultação da Junta de Freguesia de Serra d’El-Rei,

com o fundamento da ausência de tempo para a apreciação da situação.

Desde a primeira hora, os membros do executivo partilharam das mesmas preocupações para que, no momento da decisão, fosse acautelado o cumprimento de todas as normas e disposições legais. Dado o curto tempo para a tomada de decisão, entendeu a Câmara Municipal prosseguir todos os esforços para, de forma pronta e consistente, ultrapassar todos os obstáculos.

Tendo em conta o contexto da tomada de decisão, com pouco tempo para apreciação, e pese embora reconhecendo o esforço dos serviços municipais, nomeadamente da DPGU, na procura de dar resposta às inúmeras necessidades de esclarecimento técnico e jurídico, a Vereadora do PSD Cristina Leitão vota CONTRA o pedido de licenciamento para construção de edifício para unidade de cuidados e alteração/ampliação de lar de idosos em nome de APSERRA – Associação para seniores de Serra d’El-Rei, com os seguintes fundamentos:

- 1. O parecer prévio produzido a 14-03-2018 pela assessora jurídica Dra. Fernanda Paula Oliveira apontava uma série de questões de ordem técnica bastante “complexas do ponto de vista jurídico”, levantando alguns problemas, nomeadamente quanto à forma de concessão privativa de um bem do domínio público (como se julga ser o caso das passagem aérea e subterrânea a criar no projeto de alteração/ampliação). Na sua interpretação, a assessora jurídica afirmou ter “muitas dúvidas que consigam na próxima reunião de câmara deliberar favoravelmente o pedido tal como vem apresentado”, mostrando “dúvidas que se consigam cumprir todas as exigências (e procedimento) de forma tempestiva”, tendo inclusive sugerido, para evitar problemas, que não se avançasse com a ligação entre os dois edifícios, o que não se veio a verificar.*
- 2. Por outro lado, e embora não se trate de um parecer vinculativo, também o sector da cultura da Câmara Municipal, relativamente à construção existente no local, produziu a 13-04-2018 um parecer desfavorável à pretensão, pela “historicidade, traça arquitetónica e elementos arquitetónicos de interesse, este edifício encontra-se arrolado no levantamento do património cultural imóvel do concelho, produzido pelo sector da Cultura no âmbito do trabalho de revisão do PDM (...) enquanto imóvel a proteger e preservar, considerando-se a necessidade de manutenção das fachadas e volumetrias deste edifício habitacional seiscentista”.*
- 3. Interessa ainda salientar que a Câmara Municipal na sua deliberação de 19-03-2018 decidiu no sentido de “manifestar a concordância com o espírito do projeto, nomeadamente no que diz respeito à ligação entre os edifícios, devendo ser reavaliada a volumetria do novo edifício a construir”, sendo por isso esta uma das condições a cumprir pelo requerente para o bom andamento do processo. Considerou a Câmara Municipal que o 4º piso recuado era excessivo e demasiado impactante na envolvente edificada, que comporta essencialmente edifícios com um ou dois pisos. Apesar dos esforços na procura da melhor solução arquitetónica por parte da requerente, a solução final mantém o mesmo número de pisos.*
- 4. Em sequência disto mesmo, também o parecer técnico da DPGU datado de 20-04-2018, faz uma interpretação que não se considera um esclarecimento cabal e claro quanto ao cumprimento de todas as normas legais aplicáveis, nomeadamente respeitantes ao Plano Diretor Municipal. O referido parecer considera ser esta uma matéria de grande complexidade onde algumas normas se mostram incompatíveis entre si, ficando ao critério da Câmara Municipal o sentido da decisão, embora chegue a “julgar que a proposta pode causar algum impacto numa zona classificada de Espaços Culturais”.*
- 5. Verificou-se ainda, no decorrer da análise processual pelos serviços municipais, a necessidade de obter alguns pareceres externos, conforme informação da DOM datada de 13-04-2018, respeitante à possibilidade de alterações em infraestruturas devidos às passagens aérea e subterrânea, em concreto relativamente a redes de eletricidade e telecomunicações, informação essa que nunca foi presente ao processo, considerando-se que não se obteve resposta em tempo útil.*
- 6. Pesa embora os serviços municipais reclamem nas suas informações técnicas a necessidade de obter pareceres favoráveis por parte dos diferentes serviços técnicos desta Câmara Municipal, na grande medida nem todos são vinculativos. Todavia existem entidades externas a que é obrigatório recolher parecer, sendo o mesmo vinculativo. Neste sentido, no momento da decisão não existia parecer do Instituto da Segurança Social e da Autoridade Nacional para a Proteção Civil, não existindo portanto condições para a tomada de decisão, também conforme é expresso na informação da Sra. Chefe de Divisão Arq. Ana Carriço proferida a 04-04-2018.*

Por tudo acima exposto, considerou a vereadora não estarem reunidas as condições necessárias à tomada de decisão com confiança no cumprimento de normas técnicas e procedimentais.»
(Doc.371 DPGU 43/18)-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

12) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua Padre António Marcelino, em Ferrel, requerida pela Empresa Sousa Madeira & Irmãos, L^{da} - Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 549/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), proponho que a Câmara Municipal aprecie para certificar em conformidade com o Auto de vistoria em anexo, para efeitos de Certidão de Propriedade Horizontal, referente ao prédio sito na Rua Padre António Marcelino, em Ferrel, em nome de Sousa Madeira & Irmãos, L^{da}.» (Doc.372 NIPG 6040/18)-----

13) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua Padre José Nunes Ferreira Tavares, n.º 10, em Atouguia da Baleia, requerida pela Empresa Sousa Madeira & Irmãos, Lda - Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 550/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), proponho que a Câmara Municipal aprecie para certificar em conformidade com o Auto de vistoria em anexo, para efeitos de Certidão de Propriedade Horizontal, referente ao prédio sito na Rua Padre José Nunes Ferreira Tavares n.º 10, em Atouguia da Baleia, em nome de Sousa Madeira & Irmãos, L^{da}.» (Doc.373 NIPG 6042/18)-----

14) Sinalização vertical na Rua das Escolas e Rua Nossa Senhora da Guia, em Ferrel – Pelouro do Trânsito:-----

Deliberação n.º 551/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 e 2 do artigo 6º do decreto-lei 44/2005, de 23 de fevereiro e de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua atual redação, e considerando a informação da Divisão de Obras Municipais, de 11 de abril de 2018, propõe-se apreciação e homologação da sinalização vertical na Rua das Escolas e Rua Nossa Senhora da Guia, em Ferrel e, respetiva autorização das obras a realizar pelos serviços municipais.» (Doc.374 NIPG 4861/18)-----

15) Sinalização vertical na Rua Padre José Tavares, em Atouguia da Baleia – Pelouro do Trânsito:-----

Deliberação n.º 552/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 e 2 do artigo 6º do decreto-lei 44/2005, de 23 de fevereiro e de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º

22-A/98, de 1 de outubro, na sua atual redação, e considerando a informação da Divisão de Obras Municipais, de 11 de abril de 2018, propõe-se apreciação e homologação da sinalização vertical na Rua Padre José Tavares, em Atouguia da Baleia e, respetiva autorização das obras a realizar pelos serviços municipais.» (Doc.375 NIPG 4772/18)-----

16) Divisão em regime de propriedade horizontal de um edifício, sito na Rua de Santa Cruz, n.º 17, em Peniche, requerida por Joaquim Carlos Godinho da Florência e Maria de Fátima Godinho da Florência Coutinho – Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 553/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 66.º do RJUE (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), proponho que a Câmara Municipal aprecie para certificar em conformidade com o Auto de vistoria em anexo, para efeitos de Certidão de Propriedade Horizontal, referente ao prédio sito na Rua de Santa Cruz n.º 17, em Peniche, em nome de Joaquim Carlos Godinho da Florência e Maria de Fátima Godinho da Florência Coutinho.» (Doc.376 NIPG 6045/18)-----

17) Prorrogação do prazo do Alvará de loteamento e de obras de Urbanização n.º 1/17 – Construções Vila Maria, L^{da} – Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 554/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«De acordo com o requerimento que se anexa, solicitando a prorrogação do prazo para execução das obras de urbanização, fixado no Alvará de loteamento e de obras de urbanização N.º 1/17 e considerando a informação da Divisão de Obras Municipais, de 6 de abril de 2018, propõe-se apreciação e deliberação sobre a prorrogação do prazo, por um período de 6 meses.» (Doc.377 NIPG 6048/18)-----

PROTOCOLOS:

18) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso Profissional Técnico de Turismo, a celebrar entre o Município de Peniche e a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro – ESRBP - Pelouro das Atividades Económicas:-----

Deliberação n.º 555/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pela ESRBP – Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro e à informação dos Serviços de 13 de abril, proponho, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove o texto do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a ESRBP em anexo, que tem por objeto a realização de um estágio curricular – Área de Turismo.» (Doc.378 NIPG 6156/18)-----

19) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso de Licenciatura em Administração Pública, a celebrar entre o Município de Peniche e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão – ESTG - Pelouro das Atividades Económicas:-----

Deliberação n.º 556/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pela ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão e à informação dos Serviços de 13 de abril, proponho, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove o texto do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a ESTG em anexo, que tem por objeto a realização de um estágio curricular – Curso de Licenciatura em Administração Pública.» (Doc.379 NIPG 6147/18)-----

20) Candidatura ao Programa de Concessão de Incentivos Financeiros, para a construção e a modernização de Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia – Pelouro da Proteção Animal:-----

Deliberação n.º 557/2018: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, datada de 16.04.2018, em anexo, proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas nas alíneas r), ii) e jj) do n.º 1 do Artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a submissão, da Candidatura ao Programa de Concessão de Incentivos Financeiros para a Construção e a Modernização de Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia, promovido pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.» (Doc.380 NIPG 6136/18)-----

21) Acordo específico “ Design de Equipamento Urbano” no âmbito do protocolo celebrado entre o Instituto Politécnico de Leiria e o Município de Peniche – Pelouro da Cultura: -----

Deliberação n.º 558/2018: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a existência do Protocolo de colaboração estabelecido entre o Município de Peniche e a ESAD CR., proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove o acordo específico que se anexa, cujo objetivo é o desenvolvimento de uma proposta de design de equipamento urbano para exposição e divulgação permanente de conteúdos culturais, artísticos, artesanais, entre outros, no concelho de Peniche.» (Doc.381 NIPG 6194/18)-----

22) Protocolo de cedência de viatura, a celebrar entre o Município de Peniche e o Península de Surf Clube – Pelouro do Desporto:-----

Deliberação n.º 559/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proponho, que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a minuta do protocolo, em anexo, a celebrar entre o Município de Peniche e o Península de Peniche Surf Clube (PPSC), que tem como objeto a cedência de uma viatura FORD TRANSIT CONNNECT KOMBI – 7 lugares, matrícula 22-UM-16, do Município de Peniche, ao PPSC, para seu usufruto total no desenvolvimento das suas atividades.» (Doc.382 NIPG 6195/18)-----

23) Arrendamento de uma parcela de terreno, sito na Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, em Peniche, onde funciona o parque de diversões denominado Sportágua – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 560/2018: Deliberado apreciar a proposta do senhor Presidente da Câmara,

datada de 20 de abril de 2018, referente ao arrendamento de uma parcela de terreno, sito na Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, em Peniche, onde funciona o parque de diversões denominado Sportágua, na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 30 de abril de 2018. (NIPG 6192/18) -----

INTERVENÇÃO SOCIAL:

24) Divulgação do Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem – Porta 65 Jovem – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 561/2018: Por proposta do senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento do Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem – Porta 65 Jovem. (NIPG 6143/18)

PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

25) Arrendamento de um edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 562/2018: Deliberado apreciar a proposta do senhor Presidente da Câmara, referente ao arrendamento de um edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos, na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 30 de abril de 2018.-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

26) Alteração ao Orçamento da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais, para o ano de 2018 (modificação 5) – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 563/2018: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, de 19 abril de 2018, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal aprove a alteração aos documentos previsionais, para o ano 2018 – modificação n.º 5, conforme consta dos documentos anexos à referida informação.» (Doc.383 NIPG 6196/18) -----

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:

27) Adesão do Município de Peniche à campanha de apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia – Pelouro da Proteção Animal:-----

Deliberação n.º 564/2018: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice-Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, datada de 16.04.2018, em anexo, proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências previstas nas alíneas r), ii) e jj) do n.º 1 do Artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a adesão à Campanha de Apoio à Esterilização de Cães e Gatos de Companhia, promovida pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária.» (Doc.384 NIPG 6139/18) -----

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS:

28) Licenciamento para atividades de campismo ocasional, requerido por Elisabete de Sousa Santos Pereira – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 565/2018: Deliberado informar a requerente que, sem prejuízo do requerimento não estar devidamente instruído nos termos do artigo 7.º do Regulamento de Campismo Ocasional e Caravanismo do Concelho de Peniche, a Câmara Municipal não pretende autorizar qualquer acampamento ocasional no Concelho de Peniche, devendo a requerente procurar os equipamentos e serviços disponíveis no Concelho para o efeito. (NIPG 3258/18) -----

29) Licenciamento das comemorações do 23.º aniversário da Casa do Benfica de Peniche, com isenção de taxas – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 566/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pela Casa do Benfica de Peniche, por requerimento, datado de 12 de abril de 2018, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio ao Órgãos Municipais, datada de 16 de abril de 2018, proponho que seja emitida autorização para a realização de um Espetáculo de Divertimento Público ao Ar Livre, no dia de 1 de maio de 2018, no Largo de S. Paulo, em Peniche, nos termos do artigo 41.º do Regulamento de Atividades Diversas do Município de Peniche, devendo a mesma observar o disposto no artigo 7.º do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/05, de 23 de março, dado tratar-se de uma atividade que pode afetar o trânsito normal.

Atendendo, ainda, à solicitação de isenção de taxas, e considerando que se trata de um evento de manifesto interesse municipal, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar a Casa do Benfica de Peniche, do pagamento de taxas pelo referido licenciamento de Espetáculo ao Ar Livre e Licença Especial de Ruído, durante a comemoração do aniversário da Casa do Benfica de Peniche, a realizar no dia 1 de maio de 2018, em Peniche.» (Doc.385 NIPG 5715/18)-----

APOIOS DIVERSOS:

30) Utilização do circuito especial de transportes escolares por Manuel Bernardo Martins Cardoso – Pelouro da Educação:-----

Deliberação n.º 567/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 16 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a informação do Setor da Educação, datada de 13 de abril de 2018, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, passe a incluir o aluno Manuel Bernardo Martins Cardoso no circuito especial de transporte.» (Doc.386 NIPG 5721/18)-----

31) Atribuição de apoio à Serrana – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa, para a realização da festa em honra de Nossa Senhora do Amparo - Pelouro do Associativismo:-----

Deliberação n.º 568/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 18 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a informação da técnica superior Sofia Gomes, do dia 16 de abril de 2018, referente à candidatura efetuada pela Serrana – Associação Desportiva Cultural e Recreativa,

solicitando apoio para a realização da Festa em Honra de Nossa Senhora do Amparo, que decorrerá entre os dias 11 e 13 de maio de 2018.

Considerando que, à data, a Câmara não definiu o tipo de apoio financeiro a conceder às festas religiosas, proponho que, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal conceda à Serrana – Associação Desportiva Cultural e Recreativa o apoio logístico para a realização da Festa em Honra de Nossa Senhora do Amparo e que o apoio financeiro seja considerado posteriormente.» (Doc.387 NIPG 6099/18)

32) Atribuição de apoio à Serrana – Associação Desportiva, Cultural e Recreativa, no âmbito de uma candidatura submetida para tipologia de apoio à atividade pontual, para a participação no “Campeonato Nacional de Duplo-Mini – Viana do Castelo” - Pelouro do Associativismo:-----

Deliberação n.º 569/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 18 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo dos artigos 5º e 51º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), conceda à Serrana - Associação Desportiva Cultural e Recreativa o apoio financeiro, no valor de 93,60 euros, para a participação no “Campeonato Nacional de Duplo-Mini - Viana do Castelo”, que terá lugar no dia 28 e 29 de abril, no âmbito de uma candidatura submetida por esta associação para apoio à atividade pontual, considerando-se que está devidamente justificado o caráter excepcional da iniciativa a apoiar.» (Doc.388 NIPG 6098/18)-----

33) Atribuição de apoio à Associação Cultural e Recreativa de Casais Brancos, no âmbito de uma candidatura submetida para a tipologia de apoio à atividade pontual, para a organização do 12.º Convívio das Ferrugentas – Pelouro do Associativismo:-----

Deliberação n.º 570/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 18 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo dos artigos 5º e 51º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), conceda o apoio logístico à Associação Cultural Recreativa de Casais Brancos, para a organização do 12.º Convívio das Ferrugentas, que se realizará no dia 6 de maio, no âmbito de uma candidatura submetida por esta associação para apoio à atividade pontual, considerando-se que está devidamente justificado o caráter excepcional da iniciativa a apoiar.» (Doc.389 NIPG 6090/18)-----

34) Atribuição de apoio extraordinário ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, referente à colaboração em evento organizado pelo Município – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 571/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pelo Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceda à referida entidade um subsídio extraordinário, no valor de 120.00 euros, referente à colaboração no evento

organizado pelo Município “Semana da Juventude – Dia do Desporto”.» (Doc.390 NIPG 4613/18)-----

35) Atribuição de apoio ao Agrupamento de Escuteiros 512 de Peniche, no âmbito de uma candidatura submetida para a tipologia de apoio à atividade pontual, para a organização do 2.º Peniche Trail – Pelouro do Associativismo:-----

Deliberação n.º 572/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 19 de abril de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo dos artigos 5º e 51º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo (RMAA), conceda ao Agrupamento de Escuteiros 512 - Peniche o apoio logístico e financeiro, no valor de 458,16€, para a organização do 2º Peniche Trail - "Por trilhos de Pinhal e Mar", que decorrerá no dia 13 maio, no âmbito de uma candidatura submetida por esta associação para apoio à atividade pontual, considerando-se que está devidamente justificado o carácter excecional da iniciativa a apoiar.» (Doc.391 NIPG 6177/18)-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 573/2018: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezassete horas e cinquenta e oito minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 25 de junho de 2018, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Chefe de Divisão de Administração
e Finanças, em regime de Substituição,

(assinado no original)

(assinado no original)